

Termo de Referência 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	113214-AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC	REGINALDO LIRA DE ARAUJO	29/02/2024 16:12 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		00058.017849/2023-51

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Termo de Referência elaborado tendo como base o modelo da AGU para "Compras TIC" aderente à Lei nº14.133/2021, disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic/arquivos/modelo_tr_compras_tic_lei_14-133_v-maio23.docx, versão de maio/2023.

1.1. Fornecimento de atualização de licenças de uso, garantia e suporte técnico para a solução BIG-IP F5 implantada no ambiente tecnológico da ANAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Tabela 1 - Itens da Contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	PMC-TIC	MEDIDA	QUANTIDADE
1	Fornecimento de atualização de licenciamento (Best Bundle e IP Intelligence), garantia e suporte técnico (Premium Support) para a solução BIG-IP F5, para os seguintes part numbers: <ul style="list-style-type: none">F5-VWTP-LRVZ;F5-OQTP-DLEW;F5-BYCF-IUZP;F5-OIQF-HFOB pelo prazo de 12 meses.	27502	Não há.	un.	4

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, pela sua essencialidade, visam à proteção das aplicações web disponibilizadas pela Agência a partir do controle e monitoramento de tráfego HTTP e HTTPS, atendendo à finalidade pública de forma permanente e contínua.

1.6. As condições de renovação do licenciamento, garantia e suporte técnico serão de 12 (meses) meses, podendo o contrato ser prorrogado anualmente até o prazo máximo de 60 meses.

1.7. As vedações elencadas no art. 5º, bem como os dispositivos contidos no anexo I, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, foram observadas durante o processo de elaboração do Termo de Referência.

1.8. A solução pretendida não consta do Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas - PMC-TIC, disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está justificada juntamente com seus quantitativos em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **07947821000189-0-000001/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **51**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

V) Identificador da Futura Contratação: **113214-9/2024**

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022/2023 da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
Plano	ID	Objetivos Estratégicos
Plano Estratégico da ANAC - 2020-2026	OE11	Aprimorar a gestão da informação para a tomada de decisão
	OE13	Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva
Estratégia de Governo Digital - 2020 a 2023	Objetivo 1	Oferta de serviços públicos digitais
	Objetivo 11	Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2023			
ID	Ação do PDTIC	ID	Necessidades a serem atendidas

2ATDTI22074	Renovação da garantia da estrutura de solução de segurança da informação.	01	1. Manutenção dos recursos da infraestrutura de segurança de rede da ANAC. 2. Manter as soluções de segurança atualizadas para a análise do comportamento de novas pragas virtuais de forma a aprimorar os mecanismos de defesa da agência. 3. Garantir o suporte técnico e substituição de peças ou equipamentos em curto período para que não afete a disponibilidade dos serviços de TI da ANAC
-------------	---	----	--

2.4. Por tratar de solução de TI de suporte a sistemas de informação que contemplam a oferta de serviços públicos digitais, é importante ressaltar que estes sistemas de informação já se encontram integrados à Plataforma Gov.br, ou que tem planejamento de integração, conforme o PDTI-ANAC 2022-2023, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução BIG-IP F5, trata-se de solução de WAF (*Web Application Firewall*) já adquirida e em uso na ANAC para fins de proteção das aplicações web disponibilizadas pela Agência a partir do controle e monitoramento de tráfego HTTP e HTTPS. Com ela, é possível criar um conjunto de regras de análise de tráfego instantânea para que ameaças como Cross-Site Scripting, SQL injections, DDoS, entre outras, sejam identificadas e tratadas antes de chegarem à aplicação. Essas regras de proteção estão alinhadas as recomendações do Consorcio WASP, descrita na categoria OWASP Top 10 (<https://owasp.org/www-project-top-ten/>). Dessa forma, a proposta é a atualização das licenças de uso, garantia premium e suporte técnico para esse produto.

3.3. Parcelamento da Solução de TIC

3.4. Por se tratar de um único objeto, não é viável o parcelamento da solução, devendo o licenciamento, garantia e suporte técnico serem fornecidos por uma única empresa.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. A solução deverá ser adequada aos sistemas de TI atualmente em produção nos Data Centers da ANAC.

4.1.2. A solução deverá ser compatível com o parque tecnológico e com as instalações físicas da ANAC.

4.1.3. Garantir o fornecimento de infraestrutura com recursos tecnológicos de segurança para as operações críticas de TI da Agência, adequados ao panorama atual de ameaças cibernéticas.

4.1.4. Propiciar alta disponibilidade, confiabilidade e segurança aos processos e serviços do órgão.

4.1.5. Garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados da ANAC.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. A empresa a ser contratada deverá possuir experiência compatível com a natureza e o quantitativo do objeto, comprovando tal experiência com atestado de capacidade técnica a ser apresentado quando da fase de habilitação da proposta no pregão eletrônico.

4.2.2. Todo serviço de instalação, implantação e repasse de conhecimento deverá ser feito por profissional indicado pela empresa contratada, que se responsabilizará pela adequada capacitação técnica desse profissional, e deverá se previamente indicado à equipe de fiscalização quando do agendamento da instalação.

4.2.3. Em toda a vigência do prazo de suporte técnico e garantia, todo serviço deverá ser executado por profissional técnico qualificado, indicado pela empresa contratada, que se responsabilizará pela adequada capacitação técnica desse profissional.

4.3. Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.3.1. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 – Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências;

4.3.2. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, DE 30 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.3. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.3.4. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

4.3.5. Instrução Normativa ANAC nº 172, de 2 de agosto de 2021 – Aprova a Política de Proteção de Dados Pessoais - PoPD no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

4.3.6. Lei Complementar nº 123, de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

4.3.7. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

4.3.8. Instrução Normativa ANAC nº 128, de 6 de novembro de 2018 – Institui a Política de Segurança da Informação no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

4.3.9. Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;

4.3.10. Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 – Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.11. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.3.12. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

4.3.13. Portaria INMETRO nº 170, de 2012 - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Bens de Informática, disponibilizados no site www.inmetro.gov.br. Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, e instituiu a certificação voluntária para Bens de Informática, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos aprovados;

4.4. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.4.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.4.2. Qualquer atendimento presencial, quando necessário, realizado pela CONTRATADA deverá ser feito por técnicos que possuem domínio da língua portuguesa ou acompanhados de intérprete para essa língua.

4.4.3. As comunicações realizadas (e-mails, conferências, entre outros) entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverão ocorrer na língua portuguesa.

4.4.4. Outros requisitos relacionados ao tema estão indicados no item "4.16. Sustentabilidade".

4.5. Requisitos de Manutenção

4.5.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa, evolutiva pela Contratada, visando à garantia da disponibilidade da solução em caso de falhas, conforme detalhado no item 4.11 - **Requisitos de Garantia e Suporte Técnico.**

4.6. Requisitos Temporais

4.6.1. A seguir são listados os requisitos temporais relativos ao objeto:

4.6.1.1 - ITEM 1

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável
01	Início da vigência do contrato	-	ANAC
02	Reunião Inicial	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 01	ANAC e CONTRATADA
03	Abertura da Ordem de Serviços	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 01	ANAC
04	Implantação	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 03	CONTRATADA
05	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Até 10 (dez) dias úteis após o evento 04	ANAC

06	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 10 (dez) dias úteis após o evento 06	ANAC
----	--	--	------

4.6.2. A CONTRATADA somente poderá entregar os materiais quando autorizada pelo CONTRATANTE, após assinatura do CONTRATO, e expedição da ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS.

4.6.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6.4. A ANAC poderá prorrogar em até 30 dias a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens ou Ordem de Serviços, em caso de evento de força maior, ou ainda considerando critérios de oportunidade e conveniência.

4.7. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.7.1 Não se aplica, por se tratar de fornecimento de atualização de licenciamento, garantia e suporte técnico de solução já implantada.

4.8. Requisitos de Implantação

4.8.1. Os prazos e a sequência de eventos descritos a seguir devem ser obedecidos para a efetiva entrega e instalação da solução CONTRATADA e são requisitos essenciais para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD):

4.8.2. Os Termos de Recebimento Provisórios (TRP) para os produtos serão emitidos pelo fiscal técnico, após a respectiva entrega, seguindo o modelo presente neste processo.

4.8.3. Os Termos de Recebimento Definitivos (TRD) para os produtos serão emitidos após a respectiva entrega e instalação, seguindo o modelo presente neste processo.

4.8.4. O TRP e o TRD serão emitidos e disponibilizados através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) da ANAC, disponível na URL: <https://sei.anac.gov.br/sei/>;

4.8.5. Caso a CONTRATADA identifique algum evento alheio a sua vontade que venha a comprometer o atendimento dos prazos definidos nos cronogramas, deverá comunicar formal e tempestivamente a Agência, através de ofício endereçado ao Gestor do contrato, expondo as circunstâncias, justificativas e proposta de data para prorrogação do prazo;

4.8.6. Cabe ao Gestor do contrato analisar as solicitações de prorrogação de prazos e decidir sobre sua aceitação;

4.8.7. O descumprimento não justificado dos prazos estabelecidos no Cronograma de atividades, por parte da CONTRATADA, a sujeitará a glosa de 0,1% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens, por dia de atraso. O limite de glosa para esse atraso será de 5% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens.

4.8.8. Atrasos não justificados de eventos individuais definidos no item Requisitos Temporais por parte da CONTRATADA, superiores a 15 (quinze) dias corridos, ensejam rescisão contratual;

4.8.9. Atrasos acumulados e não justificados de eventos definidos no item Requisitos Temporais por parte da CONTRATADA, superiores a 20 (vinte) dias corridos, ensejam rescisão contratual;

4.8.10. Os prazos definidos no item Requisitos Temporais poderão ser prorrogados, a critério da ANAC, para melhor acomodar os eventos com as atividades rotineiras da Agência;

4.8.11. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores e equipamentos, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a área de TI .

4.8.12. Os demais serviços poderão ser executados em horário de expediente, conforme acordo prévio com a área de TI.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Esse item não se aplica, por se tratar de fornecimento de atualização de licenciamento, garantia e suporte técnico de solução já implantada.

4.10. Requisitos de Experiência Profissional

4.10.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.10.2. Caso o fabricante não possua certificação específica para a linha de produtos serão aceitos profissionais comprovadamente capacitados e aprovados em treinamento formal do fabricante.

4.11. Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

4.11.1. O serviço de garantia e suporte técnico será dividido em serviços de natureza preventiva, corretiva:

- a) Manutenção Preventiva – deverá ser realizada análise semestral (remoto ou on-site, caso necessário) para realizar a checagem da saúde e funcionamento da solução já implementada, permitindo diagnóstico preciso do status da atual rede. Ao final de cada manutenção preventiva, deverá ser elaborado um relatório detalhando os serviços executados
- b) Manutenção Corretiva – corresponde ao tratamento dos problemas encontrados na operação da solução, incluindo esclarecimentos de dúvidas relacionadas à instalação, configuração, uso e atualização, além de reposição de peças defeituosas.

4.11.2. Os custos de manutenção preventiva e corretiva, inclusive com substituição de peças, componentes ou equipamentos inteiros, deverão estar inclusos nos itens de Garantia e Suporte Técnico da Solução, devendo seu valor ser calculado por equipamento para o prazo total de garantia.

4.11.3. Dos requisitos de reposição de equipamento defeituoso:

4.11.3.1. Este serviço compreende o envio de equipamento(s), componente(s), acessório(s) e dispositivo(s) novo(s), de primeiro uso e de modelo igual ou superior ao(s) danificado(s), às expensas do fabricante, às dependências da CONTRATANTE;

4.11.3.2. O contrato de reposição de peças contemplará o acionamento em horário comercial e devendo o equipamento substituto ser entregue na CONTRATADA até o próximo dia útil (Next Business Day - NBD) após a abertura do chamado;

4.11.3.3. Para determinação do horário de início de cada chamado referente a substituição de equipamento defeituoso devem ser levadas em consideração as seguintes condições:

- caso a determinação de falha do hardware pela fabricante tenha ocorrido antes das 15h, horário local da Brasília-DF, de segunda a sexta-feira (excluindo os feriados), o equipamento deverá ser enviado no mesmo dia para chegar no próximo dia útil.
- Para as solicitações feitas depois das 15h, o fabricante deverá entregar o equipamento substituto até o segundo dia útil após a determinação da falha;

4.11.3.4. O equipamento substituto passará à propriedade da CONTRATANTE, devendo o mesmo ser imediatamente incluído no contrato de manutenção vigente em substituição ao equipamento danificado;

4.11.3.5. O equipamento substituído deverá ser devolvido ao fabricante às expensas do mesmo, em até 5 (cinco) dias úteis.

4.11.3.6. A CONTRATANTE deverá ter acesso direto ao centro de assistência técnica da fabricante dos equipamentos para abertura dos chamados, bem como para acompanhar e gerenciar os casos quando necessário. Esse acesso deverá ser provido 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana com uso de login/senha individual

4.11.3.7. A CONTRATANTE deverá ter a opção de abrir os chamados junto ao fabricante com o intermédio da CONTRATADA;

4.11.3.8. Não será aceita garantia para reposição de equipamentos da empresa revendedora;

4.11.4. Dos requisitos de manutenção preventiva:

4.11.4.1. Os serviços compreendem verificações semestrais com relação ao bom funcionamento do hardware e à atualização de softwares e firmwares necessários para todos os itens que compõem os equipamentos listados no objeto;

4.11.4.2. A data da realização das manutenções preventivas deverá ser acordada entre CONTRATADA e CONTRATANTE, devendo ser realizadas no decorrer do sexto (e demais múltiplos) mês de contrato, não devendo, em situação normal, deixar de serem vistoriados dentro do período correspondente;

4.11.4.3. A futura CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva, realizando:

- Análise de logs e configurações da solução, identificando possíveis erros ou conflitos e as correções necessárias;
- Análise de desempenho do funcionamento da solução no que diz respeito ao uso de CPU e memória e recomendar ajustes;
- Análise física dos equipamentos, incluído verificações de temperatura, ventilação e eventuais alertas de falhas de hardwares;

- Análise de vulnerabilidades e de pendências de atualizações de versões de firmwares, engines, assinaturas ou qualquer componente da solução passível de atualização e recomendar as ações necessárias para regularização;
- Monitoramento dos serviços;

4.11.4.4. Ao final de todo serviço de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá entregar relatório técnico que descreva as ações executadas, possíveis problemas ou alertas que devem ser tratados, e as eventuais ações corretivas aplicadas em razão da verificação. Este relatório deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a execução dos serviços.

4.11.4.5. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer à equipe técnica da CONTRATANTE todas as informações referentes a novas versões do produto lançadas no mercado, orientando a CONTRATANTE para, quando lhe for conveniente, proceder à aplicação de pacotes de correção e migração de versões do produto;

4.11.5. Dos requisitos de atualização de software:

4.11.5.1. Este serviço compreende também o acesso por parte do CONTRATANTE, às atualizações (versões e releases) de software dos equipamentos de rede disponibilizadas pelo fabricante, com a habilidade de efetuar download de softwares do sistema operacional dos equipamentos.

4.11.5.2. Deverá haver garantia da atualização do sistema operacional/firmware, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases;

4.11.5.3. A atualização de software poderá ser solicitada pela CONTRATANTE sempre que julgar necessário, devendo a CONTRATADA informar eventuais riscos inerentes a atualização, como a presença de bugs e descontinuidade do suporte a alguma funcionalidade ou equipamento;

4.12. Requisitos de Assistência Técnica

4.12.1 . Este serviço compreende o apoio técnico à distância dada pela assistência técnica da fabricante dos equipamentos e da CONTRATADA para solucionar problemas de ordem sistêmica, problemas em equipamentos desta marca e problemas decorrentes de mau funcionamento de software.

4.12.2 . Os chamados junto ao fabricante deverão ser atendidos por engenheiros certificados e especializados do quadro de funcionários do fabricante, em inglês ou português;

4.12.3 . No site do fabricante deverá existir ferramentas de autosserviço que permitam o diagnóstico e sugestões de solução do problema quando possível;

4.12.4 . Deverá existir acesso ao serviço de assistência técnica da CONTRATADA, por telefone gratuito, e-mail ou acesso ao site, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

4.12.5 . Os chamados junto à CONTRATADA deverão ser atendidos por profissionais da CONTRATADA, em português e serão usados para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos produtos e soluções fornecidos;

4.12.6 . A CONTRATADA deve indicar, na assinatura do contrato, os procedimentos para abertura do chamado de suporte técnico;

4.12.7 . Os serviços poderão ser prestados pela CONTRATADA ou por representante indicada pela CONTRATADA ou pelo fabricante da solução, sem prejuízo a responsabilidade integral da CONTRATADA quanto ao atendimento dos níveis de serviço;

4.12.8 . Entende-se por “Garantia” ou “Suporte” ou “Manutenção”, doravante denominada unicamente como “Garantia”, toda atividade do tipo “corretiva” não periódica que variavelmente poderá ocorrer, durante todo o período de garantia. A atividade corretiva possui suas causas em falhas e erros no Software/Hardware e trata da correção dos problemas atuais e não iminentes de fabricação dos equipamentos. Esta “Garantia” inclui os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e produtos ofertados, tais como:

4.12.9 . Do hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas de fabricação no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware defeituoso por defeito de fabricação ou ocasionada pelo uso normal dos equipamentos, atualização da versão de drivers e firmwares, correção de defeitos de fabricação, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados

4.12.10. Do software: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas de desenvolvimento do software, atualização da versão de software, correção de defeitos de desenvolvimento do software, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas do fabricante para os recursos utilizados;

4.12.11. Quanto às atualizações pertinentes aos softwares: Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a solicitação de atualização de tais versões ocorra durante o período de garantia do contrato.

4.12.12. A CONTRATADA deverá substituir as peças quebradas, com defeito ou gastas pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados;

4.12.13. Substituir, temporária ou definitivamente, o equipamento defeituoso por outro de mesma marca e modelo e com as mesmas características técnicas, novo e de primeiro uso, quando então, a partir de seu efetivo funcionamento, ficará suspensa a

contagem do prazo de reparo, nos casos em que não seja possível o reparo dentro dos prazos máximos estipulados acima. Devolver, em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de retirada dos equipamentos, os equipamentos que necessitem ser temporariamente retirados para conserto, ficando a remoção, o transporte e a substituição sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.12.14. A CONTRATADA fornecerá e aplicará pacotes de correção, em data e horário a serem definidos pelo Contratante, sempre que forem encontradas falhas de laboratório (bugs) ou falhas comprovadas de segurança em software ou firmware dos aparelhos que integrem o objeto do contrato. O atendimento deste requisito está condicionado a liberação pelo fabricante dos pacotes de correção e/ou novas versões de software. Deverá fornecer, ainda, serviços de configuração, instalação, transferência de conhecimento, com licenciamento e garantia, ao longo do qual deverão ser fornecidas sem custo adicional todas as correções (patches) e atualizações, inclusive de “firmware”, da solução, sempre que houver adição de novas funcionalidades ou correções.

4.12.15. É facultado a Contratada a execução, ao seu planejamento e disponibilidade, de “Garantia” do tipo “preventiva” que pela sua natureza reduza a incidência de problemas que possam gerar “Garantia” do tipo “corretiva”. As manutenções do tipo “preventiva” não podem gerar custos ao Contratante.

4.12.16. A manutenção técnica do tipo “corretiva” será realizada sempre que solicitada pelo Contratante por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa CONTRATADA (ou a outra informada pela CONTRATADA) via telefone (com número do tipo “0800”) ou Internet ou e-mail ou outra forma de contato;

4.12.17. Os serviços de “Garantia” incluem:

4.12.18. Solução de problemas relativos à indisponibilidade da solução decorrentes de problemas de fabricação, desenvolvimento ou ocasionada pelo uso normal dos equipamentos;

4.12.19. Solução de falhas ou defeitos no funcionamento, incluindo a instalação de arquivos para correção dos erros;

4.12.20. Esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e operação da solução;

4.12.21. Instalação de novas versões ou atualizações e patches;

4.12.22. A CONTRATADA deve disponibilizar a central de atendimento 24 horas por dia, 7 dias da semana (incluindo feriados) e equipe com conhecimentos sólidos no funcionamento e operação da solução de gestão.

4.12.23. O serviço de “Garantia” deve disponibilizar os seguintes tipos de atendimento:

- Nível I - Atendimento Telefônico (Help Desk): chamados abertos através de ligação telefônica ou e-mail ou outro forma de contato, em regime de 24x7: 24 horas por dia, 7 dias da semana (incluindo feriado). Esse serviço deve atender demandas dos usuários referentes ao funcionamento da solução, que decorram de problemas de funcionamento.
- Nível II - Atendimento Remoto: atendimento remoto de chamados de suporte técnico através de tecnologia disponibilizada pelo Contratante, mediante prévia autorização e seguindo os padrões de segurança, objetivando análise e solução remota dos problemas apresentados.
- Nível III - Atendimento Presencial (On-Site): atendimentos técnicos realizados nas dependências do CONTRATANTE, através de visita de técnico especializado, com a finalidade de resolver demandas abertas no Help Desk e não solucionadas pelo Atendimento Telefônico e/ou Remoto.

4.12.24. Os prazos para a prestação dos serviços devem garantir a observância ao atendimento conforme disposto no item “6.36. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos”.

4.12.25. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento dar-se-á com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

4.12.26. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como Número de série (quando aplicável), anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do software utilizada e severidade do chamado.

4.12.27. A severidade do chamado poderá ser reavaliada quando verificado que a mesma foi erroneamente aplicada, passando a contar no momento da reavaliação os novos prazos de atendimento e solução;

4.12.28. A CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação de qualquer dos prazos para conclusão de atendimentos de chamados, desde que o faça antes do seu vencimento e devidamente justificado.

4.12.28. Caso o fabricante disponibilize em seu próprio site central de gerenciamento das licenças e do suporte, a CONTRATADA deverá providenciar o cadastro dos integrantes da equipe de fiscalização e da equipe técnica da ANAC.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não se aplica, uma vez que a equipe responsável pela operação da solução após a implantação está atualmente vinculada ao Contrato nº 21/ANAC/21 (Global Web) e já possui requisitos de formação devidamente estabelecidos e validados.

4.14. Sustentabilidade

4.14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.14.1.1. Todos os equipamentos, componentes, peças e produtos a serem fornecidos deverão atender, no que couber, a critérios de sustentabilidade ambiental dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade.

4.14.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb); cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.14.1.3. A comprovação do disposto no item anterior poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.14.1.4. Só será admitida a oferta de equipamentos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.14.1.5. Toda a documentação fornecida pela CONTRATADA deverá ser fornecido em mídia eletrônica (digital), com vistas a evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em atendimento ao Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

4.14.2. Os requisitos acima também atendem, no que se aplica, ao que orienta o Plano Diretor de Logística Sustentável da ANAC.

4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.15.1. Todos os serviços prestados pela contratada deverão ser realizados preferencialmente de forma remota, ou nas dependências da Agência Nacional de Aviação Civil quando a natureza do serviço exigir.

4.15.2. A execução do contrato será baseada no modelo, no qual a CONTRATANTE é responsável pela Gestão do Contrato e pelo ateste dos resultados esperados e dos Níveis Mínimos de Serviço exigidos frente aos serviços entregues, sendo a CONTRATADA responsável pelos serviços, gestão dos recursos humanos e físicos necessários, conforme especificação do Termo de Referência.

4.15.3. O detalhamento dos serviços consta no Item 13- Especificações Técnicas da Solução, deste termo de referência.

4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.16.1. A CONTRATADA deverá atender às normas acerca de conformidade técnica e de integridade de dados na Administração Pública Federal, assim como atender às normas e aos procedimentos de que trata a Instrução Normativa/ANAC nº 128, de 6 de novembro de 2018, relativos à Política de Segurança da Informação - PoSI - no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sem prejuízo dos demais atos, documentos e normativos expedidos e publicados pela Administração Pública Federal, bem como pela própria ANAC relativos ao sigilo, à segurança e à privacidade das informações e comunicações, além dos respectivos Termos de Compromisso e de Ciência previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso V do art. 18 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

4.16.2. A CONTRATADA deverá atender a, no mínimo, os seguintes requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018:

- **Recursos em Versões Comprovadamente Seguras e Atualizadas:** Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato e/ou a CONTRATANTE está exposta, considerando os critérios de aceitabilidade de riscos definidos pela CONTRATANTE.
- **Reportar Incidentes:** Reportar de imediato à CONTRATANTE incidentes que envolvam vazamento de dados, indisponibilidade ou comprometimento da informação relacionados à Solução de TIC adquirida.
- **Termo de Compromisso e Ciência:** Implementar e manter controles e procedimentos específicos para assegurar completo e absoluto sigilo quanto a todos os dados e informações de que o preposto ou os demais empregados da contratada venham a tomar conhecimento em razão da execução do contrato, de forma a assegurar que seus empregados e outros profissionais sob sua direção e/ou controle respeitem o uso dos dados somente para as finalidades previstas em contrato e as restrições de uso dos ativos utilizado para desenvolvimento e/ou operação da Solução de TIC, cumprindo e fazendo cumprir o disposto nos Termo de Compromisso e Termo(s) de Ciência firmados respectivamente, pelo representante legal e pelo(s) empregado(s) da contratada.
- **Descarte Seguro:** Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais ou sigilosos da CONTRATANTE ao encerrar a execução do contrato.
- **Revogação de Privilégios:** Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, a ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

- **Utilização de Serviços de Terceiros:** Informar e obter a anuência do órgão CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros (como suporte técnico etc.) para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de TIC contratada.
- **Tratamento de incidentes de segurança da informação e privacidade:** Realizar em conjunto com a CONTRATANTE, ou com outros órgãos por ela indicados, ações de tratamento de incidentes de segurança da informação e privacidade relacionados ao objeto do contrato, bem como apoiar essas ações com o monitoramento e o envio de informações tempestivos.

4.16.3. Toda informação confidencial disponibilizada em razão da contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

1. Término ou rompimento do Contrato;
2. Solicitação da ANAC.

4.16.4. A CONTRATADA deverá manter a ANAC informada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer necessidades de atualização ou mudança na configuração dos serviços prestados;

4.16.5. A CONTRATADA deverá credenciar seus profissionais junto à ANAC, caso seja necessário acesso às instalações e infraestrutura de TI da ANAC para prestação de serviços de suporte.

4.16.6. No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado. O Guia está disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf, acessado em 21/09/2023.

4.17. Indicação de marcas ou modelos

4.17.1. A presente contratação trata da renovação de licenças e suporte de solução já instalada na ANAC, cujo cenário de renovação da solução se mostrou mais vantajoso, conforme Estudo Técnico Preliminar, sendo assim imprescindível a indicação da marca e dos modelos para a correta definição das propostas.

4.18. Subcontratação

4.18.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

4.19. Garantia da contratação

4.19.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.19.1.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

4.19.1.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.19.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.20. Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.20.1. As propostas apresentadas deverão conter a discriminação dos licenciamentos e serviços a serem ofertados.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

- 5.1.1. Todo o detalhamento de entregáveis e datas está descrito detalhadamente no item 4 - Requisitos da Contratação.
- 5.1.2. Os licenciamentos deverão ser provisionados nos locais designados abaixo:
- 5.1.2.1. Item 1

Locais de entrega	Part Numbers
Sede - Brasília/DF	F5-VWTP-LRVZ F5-OQTP-DLEW
Centro de Treinamento - Brasília/DF	F5-BYCF-IUZP F5-OIQF-HFOB

5.1.2.2. Endereços:

Unidade da ANAC	Endereço
Centro de Treinamento - Brasília/DF	Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Grupo 4, Brasília, DF - CEP: 71.608-900
Sede - Brasília/DF	Setor Comercial Sul, Quadra 09, Grupo C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília, DF – CEP: 70.308-200

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será **contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**
- 5.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.2.3. Os detalhes de Garantia, manutenção e assistência técnica estão descritos no item 4 - Requisitos da Contratação.

5.3. Rotinas de Execução

- 5.3.1. Em até 5 dias úteis a contar do início da vigência do contrato, será convocada reunião inicial em conformidade com a IN SGD/ME Nº 94, de 2022, com presença obrigatória do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o preposto da mesma.
- 5.3.2. Todo o detalhamento de entregáveis e datas está descrito detalhadamente no item 4 - Requisitos da Contratação.
- 5.3.3. A reunião inicial será realizada preferencialmente de forma virtual, através de ferramenta colaborativa a ser indicada pela CONTRATANTE.
- 5.3.4. O preposto indicado pela CONTRATADA deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar os técnicos de manutenção que prestarão os serviços, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado. Para evitar que a CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.
- 5.3.5. O preposto e demais profissionais da CONTRATADA envolvidos em atividades relativas à execução do Contrato resultante da presente licitação deverão providenciar seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) da ANAC, para que dessa forma possam acessar e assinar quaisquer documentos formais relativos à execução contratual.
- 5.3.6. Diante de situações de irregularidades de caráter urgente, o Preposto deverá comunicar-se por escrito com a CONTRATANTE para apresentar os esclarecimentos julgados necessários, as informações sobre possíveis paralisações de

serviços, a apresentação de relatório técnico, ou as razões justificadoras a serem apreciadas e decididas pelo agente designado.

5.3.7. As decisões e providências sugeridas pela CONTRATADA que forem julgadas imprescindíveis, mas que ultrapassem a competência dos Fiscais designados pela ANAC, deverão ser encaminhadas à Gerência Técnica de Licitações e Contratos, para a adoção das medidas cabíveis.

5.3.8. Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA sistema Web para registro e acompanhamento de chamados técnicos, ou mecanismo similar tais como telefone ou endereço de e-mail.

5.3.9. A CONTRATADA será encarregada de realizar os atendimentos de suporte técnico através da avaliação e resolução dos chamados de incidentes ou problemas encaminhados pela CONTRATANTE via sistema ou telefone.

5.3.10. Quando cabível, o suporte técnico poderá ser realizado remotamente e deverá ser fornecido durante a vigência do suporte técnico e garantia.

5.3.11. Se necessário, o suporte técnico deverá ser realizado presencialmente.

5.3.12. Os contatos de suporte técnico deverão estar disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, via web ou telefone.

5.3.13. É responsabilidade da CONTRATADA o correto cadastramento dos dados da CONTRATANTE junto à fabricante do software para efeito de vigência do suporte e garantia e benefícios inerentes a forma de licenciamento.

5.4. Prazos de Execução

5.4.1. Os prazos de Execução estão descritos conforme item 4 - Requisitos da Contratação.

5.5. Mecanismos Formais de Comunicação

5.5.1. A comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverá ocorrer preferencialmente por e-mail ou telefone, exceto nos casos onde se exija outro documento formal que poderá ser através de:

- Atas de Reunião;
- Termos de Aceite;
- Notas Técnicas;
- Relatórios;
- Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens;
- E-mails corporativos: da alta gestão da ANAC, da equipe de fiscalização do contrato, das Superintendências de Tecnologia da Informação (STI) e de Administração e Finanças (SAF) da ANAC;
- Correspondências oficiais, tais como Ofícios ou Memorandos;

5.5.2. O Preposto deverá estar disponível para contato em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

5.5.3. As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, ou de forma virtual através de plataforma disponibilizada pela CONTRATANTE. Poderá ser utilizada plataforma indicada pela CONTRATADA, caso se mostre razoável.

5.5.4. Os atendimentos técnicos serão solicitados através da abertura de chamados via sistema disponibilizado pela CONTRATADA ou aberto através de telefone 0800, ou de discagem local.

5.5.5. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- Ordem de Fornecimento de Bens;
- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;
- E-mails corporativos;
- Correspondências oficiais, tais como Ofícios ou Memorandos;

5.6. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.6.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.6.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e o Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na execução dos serviços, encontram-se em anexo ao processo.

5.7. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

5.7.1. Em razão da natureza da solução e da prática de mercado de entrega unificada não será previstos mecanismo de aferição com base em amostras para comparação e controle.

5.8. Do Encaminhamento Formal de Demandas

5.8.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados, ou Ordem de Serviço quando for o caso.

5.8.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

5.8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, quando da entrega integral do objeto (incluindo todas as parcelas), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que estejam de acordo com os critérios de aceitação constante no Item 7 deste Termo de Referência.

5.9. Formas de transferência de conhecimento

5.9.1. Devido à natureza do objeto, não é prevista a transferência de conhecimento.

5.10. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.11. Formas de Pagamento

5.11.1. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

5.12. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.12.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.12.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS deste Termo de Referência.

5.13. Materiais a serem disponibilizados

5.13.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades definidas no objeto e seus requisitos, promovendo sua substituição quando necessário.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Preposto

- 6.5.1. Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 6.5.2. A Contratada deverá mobilizar seu preposto para participação de reuniões presenciais, na sede da ANAC em Brasília, ou por videoconferência, sempre que a CONTRATANTE assim o solicitar;
- 6.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

6.6. Reunião Inicial

- 6.6.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.
- 6.6.2 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 6.6.3 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 6.6.3.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 6.6.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 6.6.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 6.6.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 6.6.3.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

6.7. Fiscalização

- 6.7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e conforme orientações da Instrução Normativa SGD/ME Nº 94, de 2022.

6.8. Fiscalização Técnica

- 6.8.1 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.8.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.8.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.8.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.1.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.2.1. O fornecimento dos produtos e serviços objetos da presente licitação ocorrerá mediante prévia emissão de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens pelo gestor do contrato indicando os itens e quantidades.

6.9.2.2. A fiscalização se dará de forma complementar com observação aos ditames do Manual de Fiscalização de Contratos da ANAC.

6.9.2.3. Devem ser cumpridos os prazos e condições descritos no item 7.20 - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos deste Termo de Referência, que estabelecem requisitos para o suporte da solução contratada.

6.9.2.4. Sempre que houver quebra dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, poderá ser iniciado processo de aplicação das sanções previstas.

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.10.7 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10.8 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.10.8.1. O fornecimento dos produtos e serviços objetos da presente licitação ocorrerá mediante prévia emissão de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens pelo gestor do contrato indicando os itens e quantidades.

6.10.8.2. A fiscalização se dará de forma complementar com observação aos ditames do Manual de Fiscalização de Contratos da ANAC.

6.10.8.3. Devem ser cumpridos os prazos e condições descritos no item "Níveis Mínimos de Serviço Exigidos" deste

Termo de Referência, que estabelecem requisitos para o suporte da solução contratada.

6.10.8.4. Sempre que houver quebra dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, a CONTRATANTE poderá notificar a CONTRATADA, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, poderá ser iniciado processo de aplicação das sanções previstas.

6.10.9 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11 Critérios de Aceitação

6.11.1 A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

6.11.2 Todas as licenças devem estar registradas para utilização do Contratante, conforme as condições estabelecidas no Edital.

6.11.3 Deverá ser comprovada a garantia das condições de suporte e assistência técnica emitida pelo fabricante.

6.11.10 Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

6.12. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

6.12.1. Os Níveis Mínimos de Serviços Exigidos para esta contratação são os seguintes:

Indicador de atraso de entrega de ordem de fornecimento de bens e/ou serviços:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OFB/OS	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens e/ou Serviço.
Meta a cumprir	IAE <= 0 A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens e/ou Serviço, dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB/OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB/OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB/OS.
Periodicidade	Para cada OFB/Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAE = (TEX - TEST) / TEST$ <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB/OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB/OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB/OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB/OS.</p> <p>A data de entrega da OFB/OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeitar a entrega, o prazo de execução da OFB/OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OFB/OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB/OS – constante na OFB/OS, conforme es pulado no Termo de Referência.</p>

Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador. Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB/OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE: De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OFB/OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 1% sobre o valor da OFB/OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 1,5 sobre o valor da OFB/OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 2% sobre o valor da OFB/OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OFB/OS e multa de 1% sobre o valor do Contrato.

6.12.2. Indicador de Tempo Máximo para o Serviço volta a Operar (**TMSO**) é o tempo máximo requerido para que o serviço ou sistema impactado volte a funcionar.

6.12.3. A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação da CONTRATANTE, com início de atendimento nos prazos previstos na tabela abaixo, contados a partir da solicitação e terá como finalidade corrigir possíveis falhas de funcionamento, reparos e consertos nos equipamentos, incluindo a substituição de peças;

6.12.4. Serão consideradas falhas o comportamento ou características dos softwares / equipamentos que se mostrem diferentes daqueles previstos na documentação do produto e sejam considerados pela CONTRATANTE como prejudiciais ao seu uso;

6.12.5. Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto da presente contratação, inclusive a atuação presencial e as substituições de equipamentos e/ou de seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da futura contratada, bem como qualquer transporte dos equipamentos retirados ou movimentados por ela, que arcará, ainda, com quaisquer danos que porventura ocorrerem;

6.12.6. A CONTRATADA deverá prover o isolamento, identificação e caracterização de falhas (bugs), realizar o encaminhamento da falha ao suporte do fabricante, bem como o acompanhamento de sua solução;

6.12.7. Os prazos máximos para a solução dos chamados de manutenção corretiva, de acordo com o nível de severidade de cada chamado, são:

Criticidade	Descrição	Prazo máximo de atendimento	TMSO	Penalidades em caso de não cumprimento
1	Ocorrências com impacto crítico na solução, tornando totalmente indisponível a operação da rede	Em até 2 horas	Em até 4 horas	Multa de 5% sobre o valor unitário do item + 0,5% por hora ou fração
			Acima de 8 horas	Inexecução parcial do contratual
2	Ocorrências com impacto significativo na solução, prejudicando a operação da rede	Em até 2 horas	Em até 8 horas	Multa de 3% sobre o valor unitário do item + 0,3% por hora ou fração
			Acima de 16 horas	Inexecução parcial do contratual
3	Problemas ou dúvidas criando algumas restrições à operação da rede	Em até 8 horas	Em até 24 horas	Multa de 1% sobre o valor unitário do item + 0,2% por hora ou fração
			Acima de 36 horas	Inexecução parcial do contratual
			Em até 72	Multa de 0,5% sobre o valor unitário do item + 0,2% por hora ou

4	Problemas ou dúvidas que não afetam a operação da rede	Em até 8 horas	horas	fração
			Acima de 72 horas	Inexecução parcial do contratual

6.12.8. O atendimento das severidades 1 e 2 deverão ser prestados de forma ininterrupta, ainda que o prazo para solução do problema avance sobre dia e horário não útil;

6.12.9. O atendimento das severidades 3 e 4 descritas na "Tabela: Níveis de severidade dos chamados" acima poderão ser transferidas para o próximo dia útil caso o prazo para solução do problema alcance dia não útil;

6.12.10. Caberá exclusivamente à CONTRATANTE a definição da severidade do chamado técnico;

6.12.11. As intervenções que possam causar indisponibilidades devem ser executadas em horários definidos pela CONTRATANTE.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.14.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.23. A empresa deve atender aos prazos de execução descritos no item 4 - Requisitos da Contratação.

7.24. Para os procedimentos de recebimento provisório e definitivo serão aplicados os regramentos contidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. O Recebimento Provisório atestará tão somente que a CONTRATANTE recebeu os itens presentes na Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços;

7.26. O Recebimento Definitivo atestará que os produtos e serviços atendem aos requisitos definidos no Termo de Referência, bem como apresentam compatibilidade com o parque tecnológico da ANAC.

7.27. Quando do recebimento definitivo, caso seja constatado que os objetos entregues apresentem inconformidades com as especificações do objeto licitado, a Administração notificará formalmente a CONTRATADA a respeito do não recebimento definitivo do objeto contratado;

7.28. Neste caso, o prazo do recebimento definitivo será suspenso até que seja sanada a situação, independente de aplicação de sanções cabíveis;

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.30. Liquidação

7.38. A emissão da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA será precedida pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE, conforme este Termo de Referência.

7.39. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.40. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.41. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.42. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.43. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.44. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.45. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.46. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.47. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.48. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.49. Prazo de pagamento

7.50. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.51. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI de correção monetária.

7.52. Forma de pagamento

7.53. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.54. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.55. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.56. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.57. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.58. Antecipação de Pagamento

7.59. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento, haja vista o curto tempo previsto para cumprimento integral do contrato e liquidação do pagamento.

7.60. Cessão de crédito

7.61. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.62. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.63. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.64. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.65. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.66. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.3. Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5. Habilitação jurídica

8.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.22. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
- III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.30. Qualificação Técnica

- 8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 8.32. Será exigido, para a comprovação de execução de objeto equivalente ao deste Termo de Referência, que a licitante vencedora do item apresente documento que ateste o fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para o respectivo item.
- 8.32. Os atestados apresentados deverão referir-se apenas aos itens vencidos pelo licitante.
- 8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.37. Não será admitida a participação de cooperativas.
- 8.38. O atestado deverá ser obrigatoriamente emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo ainda ser emitido em papel timbrado e conter:

- a. 1. Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;
- b. 2. Razão Social da Contratada;
- c. 3. Número e vigência do contrato, se for o caso;
- d. 4. Objeto do contrato;
- e. 5. Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;
- f. 6. Local e data de emissão;
- g. 7. Identificação do responsável pela emissão do atestado, cargo, contato (telefone e correio eletrônico);
- h. 8. Assinatura do responsável pela emissão do atestado;

8.38. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

- 8.39. Será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 4º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 8.40. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8.41 Regime de Execução

- 8.42. O REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será por execução indireta e dar-se-á em regime de empreitada por preço global;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.800.000,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ ()**.
- 9.2. Os valores unitário e global máximos a serem admitidos por esta Agência Reguladora para o objeto da pretensa aquisição **estão fixados na** tabela a seguir:

Tabela 9.2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QTD	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Atualização de licenciamento garantia e suporte técnico, pelo prazo de 12 meses, para a solução BIG-IP F5, versão premium support and best bundle, para os seguintes part numbers: F5-VWTP-LRVZ; F5-OQTP-DLEW;	27502	un.	4	450.000,00	1.800.000,00

	F5-BYCF-IUZP; F5-OIQF-HFOB					
--	-------------------------------	--	--	--	--	--

9.3. As condições de aquisição e pagamento foram avaliadas no ETP através de outras contratações públicas e através das propostas comerciais dos fornecedores, que estão em anexo ao processo. A utilização das métricas de pagamento previstas nas propostas comerciais demonstra que estamos usando as condições de pagamentos previstas pelo mercado.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 20214 -113214;
- II) Fonte de Recursos: 1050000008;
- III) Programa de Trabalho: 26122003220000001;
- IV) Elemento de Despesa: 449052/339052;
- V) Plano Interno: 30AIMP19001;

10.1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.2. Cronograma Físico Financeiro

10.2.1. Item 1

Evento	Descrição do evento	Prazo Máximo	Responsável	Valor
01	Início da vigência do contrato	-	ANAC	R\$ 0,00
02	Reunião Inicial	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 01	ANAC e CONTRATADA	
03	Abertura da Ordem de Serviços	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 01	ANAC	
04	Implantação	Até 5 (cinco) dias úteis após o evento 03	CONTRATADA	
05	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Até 10 (dez) dias úteis após o evento 04	ANAC	
06	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 10 (dez) dias úteis após o evento 06	ANAC	Conforme Valor Total do Contrato

11. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

11. São obrigações da CONTRATANTE

- 11.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 11.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 11.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 11.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 11.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 11.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 11.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 11.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual, pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 11.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo.
- 11.10. Proporcionar todas as facilidades previstas e necessárias à perfeita execução do objeto contratado segundo este Termo de Referência.
- 11.11. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para a instalação, a configuração e a operação dos produtos e equipamentos contratados, objeto deste Termo de Referência, bem como definir e homologar as atividades e rotinas estabelecidas.
- 11.12. Fiscalizar a execução do objeto contratado nos termos deste Termo de Referência, sendo-lhe permitida a participação de terceiros para prestar assistência ou informações julgadas pertinentes.
- 11.13. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa CONTRATADA.
- 11.14. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o amplo direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 11.15. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto contratado nos termos deste Termo de Referência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.
- 11.16. Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, na forma pactuada por meio do Edital de Licitação.
- 11.17. Receber os equipamentos e serviços fornecidos que estejam em conformidade com o presente Termo de Referência, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais, produto(s), equipamento(s), componentes, peça(s), procedimentos, ações, entre outros afins, fornecidos, prestados ou adotados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 11.18. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível e julgado necessário, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados.
- 11.19. Permitir acesso físico às suas instalações do pessoal técnico da empresa CONTRATADA necessário aos procedimentos de fornecimento, instalação, configuração, manutenção, detecção e correção de falhas do(s) produto(s) e equipamento(s), entre outros relacionados à execução do objeto contratado, bem como colocar à disposição informações com relação à regulamentação e normas que disciplinam a segurança e o sigilo, respeitadas as disposições legais.
- 11.20. Apresentar à CONTRATADA informações relevantes às atividades e ao processo operacional de monitoração e de manutenção, tais como horário normal de funcionamento dos pontos integrantes de cada site, desligamento diários de equipamentos, contatos locais (nome, telefone, e-mail) e outras informações, em consonância com o acordo operacional a ser firmado entre a ANAC e a empresa CONTRATADA.
- 11.21. Designar pessoal técnico para acompanhar procedimentos, trabalhos e atividades apresentados neste documento, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.
- 11.22. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa CONTRATADA durante o prazo de vigência do Contrato a ser firmado, como também durante os prazos de vigência da garantia do objeto contratado.
- 11.23. Acompanhar e verificar as cobranças discriminadas em Notas Fiscais/Faturas emitidas pela empresa CONTRATADA, bem como solicitar esclarecimentos e modificações pertinentes, quando os valores cobrados não forem condizentes com os estipulados em Contrato ou não refletirem obrigações devidas pela CONTRATANTE.
- 11.24. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma

estabelecidos no Edital e seus anexos.

11.25. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos legais.

11.26. Vetar o emprego de qualquer produto, equipamento, material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na Proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores.

11.27. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando considerar necessário.

11.28. Resolver os casos omissos.

11.29 - Outras previstas na legislação vigente.

11.30. São obrigações da CONTRATADA

11.31. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 15 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

11.32. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

11.33. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

11.34. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.

11.35. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11.36. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.

11.37. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

11.38. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

11.39. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

11.40. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

11.41. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

11.42. Entregar o Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes assinado.

11.43. Entregar o Termo de Compromisso assinado.

11.44. Entregar o termo de encerramento do contrato assinado.

11.45. Demais obrigações previstas na legislação específica.

11.46. Submeter à prévia aprovação da ANAC toda e qualquer alteração relativa ao objeto contratado nos termos deste Termo de Referência.

11.47. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, executada pela Equipe de Fiscalização do Contrato, devidamente designada pela ANAC, no tocante à execução do objeto contratado nos termos deste Termo de Referência, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo, de imediato, às demais solicitações fundamentadas pela CONTRATANTE, caso venham a ocorrer.

11.48. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os ônus, diretos e indiretos, referentes ao objeto contratado nos termos deste Termo de Referência, inclusive remuneração de pessoal, alimentação, hospedagem, transporte, despesas relativas a acidentes de trabalho e às demais advindas da relação empregatícia, bem como tudo o que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem, sem prejuízo das demais exigências legais para o cumprimento do Contrato a ser firmado, vinculado a este Termo de Referência.

11.49. Comunicar, por escrito, à Equipe de Fiscalização do Contrato a ser firmado, devidamente designada pela ANAC, incluído aí o respectivo substituto, quando da ausência do procedente titular, qualquer anormalidade que ponha em risco a execução do objeto contratado nos termos deste Termo de Referência.

11.50. Substituir, imediatamente, a critério da ANAC, a qualquer tempo, sem nenhum ônus adicional, qualquer profissional ou integrante do seu corpo técnico cuja presença seja considerada indesejável ou inconveniente pela CONTRATANTE, em virtude de comportamento inadequado em suas instalações.

11.51 - Outras previstas na legislação vigente.

12. Do Reajuste

12. Do reajuste

12.1. Será possível o reajuste conforme a cláusula do termo de contrato.

13. Especificações Técnicas da Solução

13.1 Descrição comum à Solução de Segurança da Informação - item 1

13.1.1. A garantia deverá ser do tipo Premium, em conformidade com a política mundial do fabricante e cobrir a solução pelo período de 12 (doze) meses para os equipamentos indicados na tabela abaixo e também a seus respectivos softwares:

SEDE		
Part-Number	Descrição	Número de Série
F5-BIG-IP I5800	Equipamento BIG-IP i5800 HW	F5-VWTP-LRVZ
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91829RC2401
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91822RC0868
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG2SUR
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PO2D3X6
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PO6D5U3

F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG2576
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503UK
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503CF
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503HB
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503N3
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503N3
NA	PDU	Não se aplica

SEDE		
Part-Number	Descrição	Número de Série
F5-BIG-IP I5800	Equipamento BIG-IP i5800 HW	F5-OQTP-DLEW
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91822RC0324
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91829RC3156
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG25HA
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P08AK71
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG2575

F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P06D5U4
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01AC6M
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01AC6T
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503VK
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503RC
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZ503N3
NA	PDU	Não se aplica

CENTRO DE TREINAMENTO		
Part-Number	Descrição	Número de Série
F5-BIG-IP I5800	Equipamento BIG-IP i5800 HW	F5-OIQF-HFOB
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91829RC0162
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91822RC0144
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG2SGE
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P02D3UU
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P01BNB2

F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	PZG2T32
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X2503WZ
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01AC2G
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZS03T2
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZS03MH
NA	PDU	Não se aplica

CENTRO DE TREINAMENTO		
Part-Number	Descrição	Número de Série
F5-BIG-IP I5800	Equipamento BIG-IP i5800 HW	F5-BYCF-IUZP
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91822RC1176
F5-UPG-AC-I5800	Power Suplpy i5800 (fonte)	S91829RC2383
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC+-3M-8	Copper SFP+ 10G Direct Attach 3M (Cabo)	Não se aplica
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P07EBZL
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P07ECBX
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P06D5ZW
F5-UPG-SFPC-R	SFP Copper Connector (1G)	P02AUCY

F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01A0HY
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	XZS03MT
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01A0KC
F5-UPG-QSFP+-SR4	QSFP+ Transceiver (40G)	X01AC2F
NA	PDU	Não se aplica

LICENCIAMENTO DE SOFTWARE		
LOCAL	QTD	DESCRIÇÃO
LICENÇAS BEST BUNDLE		
SEDE	2	Licenciamento Best Bundle i5800
CENTRO DE TREINAMENTO	2	Licenciamento Best Bundle i5800
LICENÇAS IP INTELLIGENCE (Subscription)		
SEDE	2	Licença IP IntellIgence (Subscription 1 ano)
CENTRO DE TREINAMENTO	2	Licença IP IntellIgence (Subscription 1 ano)

13.1.2. A garantia deverá ser do tipo Premium (24x7), em conformidade com a política mundial do fabricante

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE SANTOS SARMANHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 29/02/2024 às 12:41:09.

ADERSON DE LIMA CALAZANS

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 29/02/2024 às 12:06:24.

REGINALDO LIRA DE ARAUJO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 28/02/2024 às 17:40:17.

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/02/2024 às 16:12:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A -termo-de-ciencia.pdf (184.42 KB)
- Anexo II - ANEXO B -termo-de-compromisso-de-manutencao-do-sigilo.pdf (283.77 KB)
- Anexo III - ANEXO C -ordem-de-servico-fornecimento-de-bens.pdf (214.41 KB)
- Anexo IV - ANEXO D -termo-de-recebimento-provisorio-compras-tic.pdf (221.15 KB)
- Anexo V - ANEXO E -termo-de-recebimento-definitivo.pdf (253.81 KB)
- Anexo VI - ANEXO F -Modelo de Proposta Comercial.pdf (217.79 KB)

Anexo I - ANEXO A -termo-de-ciencia.pdf

Agência Nacional de Aviação Civil

ANEXO A - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**Anexo II - ANEXO B -termo-de-compromisso-de-
manutencao-do-sigilo.pdf**

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, sediada no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília-DF, CEP 70.308-200, CNPJ nº 07.947.821/0001-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;
CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;
CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;
Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

[...]

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face

da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

Agência Nacional de Aviação Civil

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	GESTOR DO CONTRATO
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Nº da Portaria de designação:</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**Anexo III - ANEXO C -ordem-de-servico-fornecimento-
de-bens.pdf**

Agência Nacional de Aviação Civil

ANEXO C - ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	xxxxxxxxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...

Agência Nacional de Aviação Civil

Valor total estimado da OS/OFB

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:

<dd/mm/aaaa>

Data do Fim:

<dd/mm/aaaa>

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

<Responsável pela demanda/
Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

Agência Nacional de Aviação Civil

<Nome >
Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx

**Anexo IV - ANEXO D -termo-de-recebimento-
provisorio-compras-tic.pdf**

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

ANEXO D - Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

<Nas contratações de licenciamento de softwares, é imprescindível verificar se toda a documentação entregue pela contratada está completa e corresponde exatamente ao que foi especificado no TR. É fundamental certificar-se de que todas as licenças, suporte e/ou garantia entregues estejam de acordo com os **part numbers** especificados no TR>.

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

ANEXO D -TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – COMPRAS DE TIC

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará, de forma sumária, que as compras foram entregues, para verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS **PRODUTO(S)/BEM(S)** E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OFB de abertura>	<Ex.: UNID.>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os <bem(s)/produto(s)> correspondentes à <OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram entregues, estando sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes <bem(s)/produto(s)> ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

4 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**Anexo V - ANEXO E -termo-de-recebimento-definitivo.
pdf**

ANEXO E - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

Agência Nacional de Aviação Civil

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento **ATESTO/ATESTAMOS** que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do

Agência Nacional de Aviação Civil

Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >
...
...
...

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejem indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Agência Nacional de Aviação Civil

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

**Anexo VI - ANEXO F -Modelo de Proposta Comercial.
pdf**

ANEXO F

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

AGENCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)

A proposta que faz a empresa _____, para contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação visando à aquisição de equipamentos de firewall de próxima geração (NGFW), compreendendo gerência centralizada, instalação e configuração da solução, com garantia e suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, e contratação dos serviços de atualização de licenças de uso, garantia e suporte técnico para a solução BIG-IP F5 implantada no ambiente tecnológico da ANAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Tabela						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QTD	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Atualização de licenciamento garantia e suporte técnico, pelo prazo de 12 meses, para a solução BIG-IP F5, versão premium support and best bundle, para os seguintes part numbers: F5-VWTP-LRVZ; F5-OQTP-DLEW; F5-BYCF-IUZZ; F5-OIQF-HFOB	27502	un.	4		

Assim sendo, o valor total da proposta é de R\$ _____ (por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº ____/2024-ANAC, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Prazo de validade da proposta: _____ dias (não inferior a sessenta dias)

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Dados da empresa:

Razão Social		CNPJ (MF) nº	
Inscrição Estadual nº		Inscrição Municipal nº	
Endereço			
Telefone		Fax	
Cidade:		UF	

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome			
CPF		Cargo/Função	
Carteira de Identidade		Expedido por	

Nacionalidade		Estado Civil	
Endereço			
Telefone		Fax	
Endereço Eletrônico			

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante Legal)